12/01/2021

Número: 0742872-19.2020.8.07.0001

Classe: PROCESSO CAUTELAR

Órgão julgador: 20ª Vara Cível de Brasília

Última distribuição : 29/12/2020 Valor da causa: R\$ 1.000,00

Assuntos: Liminar

Segredo de justiça? **NÃO**Justiça gratuita? **NÃO** 

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? NÃO

Partes	Advogados
FERNANDO HENRIQUE CURY (REQUERENTE)	
	ROBERTO DELMANTO JUNIOR (ADVOGADO)
PARTIDO POPULAR SOCIALISTA - DIRETORIO NACIONAL (REQUERIDO)	

Documentos			
ld.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
80856896	12/01/2021 20:30	<u>Decisão</u>	Decisão

## Poder Judiciário da União TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

20ª Vara Cível de Brasília

Número do processo: 0742872-19.2020.8.07.0001

Classe judicial: PROCESSO CAUTELAR (175)

REQUERENTE: FERNANDO HENRIQUE CURY

REQUERIDO: PARTIDO POPULAR SOCIALISTA - DIRETORIO NACIONAL

## **DECISÃO**

O Autor informa, em petição de ID 80964492 - pg. 1, que a deliberação do Diretório Nacional do Partido CIDADANIA sobre o processo ético-disciplinar objeto da presente ação de TUTELA DE URGÊNCIA está previsto para amanhã, dia 13/01/2020, requerendo a reconsideração da decisão que indeferiu a tutela cautelar de urgência em virtude de novos documentos anexados.

Após a decisão de ID 8514523, sobreveio aos autos resposta enviada por e-mail ao patrono do Requerente através da qual tentou-se esclarecer a questão afeta à ausência de Representação Formal acompanhando a notificação ((ID Num. 80550471 - Pág. 1). Nela ficou consignado:

"Prezado Roberto Delmanto Júnior

Cumpre-me comunicá-lo que no dia 21 de dezembro de 2020, a Direção Nacional do Cidadania remeteu ao deputado Fernando Cury (endereço eletrônico: fernandocury@al.sp.gov.br) Resolução com a decisão da Executiva Nacional, peça esta que igualmente foi endereçada para a Comissão de Ética Nacional, originando o presente procedimento. Sendo assim, o teor da representação já fora entregue ao representado, quando de seu afastamento das funções partidárias, restando tão somente o encaminhamento da Notificação (recebido pelo representado por e-mail) e dos fatos que, de repercussão nacional, constam no vídeo (público) captados pelas câmeras do plenário da Assembléia Legislativa do Estado de S. Paulo, cujo link fez parte do instrumento notificatório.

Att.

Alisson Luiz Micoski

Presidente da Comissão de Ética Nacional do Cidadania"

Assim, colhe-se de que, de fato, não houve Representação Formal imputando ao Requerente a conduta que ensejou a instauração do procedimento ético-disciplinar.

Posteriormente, esclareceu-se que a Representação foi veiculada através do Ofício de nº019/2020 (ID 80671106 - Pág. 1), cujo teor está assim transcrito:



Prezados senhores membros do Conselho de Ética.

Considerando os lamentáveis fatos envolvendo o Deputado Estadual Fernando Cury, requeiro a este Conselho de Ética a instauração imediata de procedimento disciplinar para emissão de parecer a respeito dos fatos em questão, indicando as medidas disciplinares cabíveis na espécie, para posterior deliberação do Diretório Nacional, conforme dispõe o Estatuto do Partido. Acrescento a evidente urgência na apuração dos fatos, sem prejuízo do contraditório e da ampla defesa, considerando que a acusação se refere a uma conduta absolutamente incompatível com os princípios defendidos pelo partido. Em anexo segue o vídeo e algumas reportagens sobre o ocorrido. Atenciosamente, Atenciosamente, Roberto Freire Presidente Cidadania Dep. Arnaldo Jardim Presidente Estadual/SP"

Através de sua leitura, colhe-se a comprovação de algumas das alegações do Requerente que não haviam sido demonstradas na data da decisão que indeferiu o pedido de tutela cautelar: a de que o procedimento teve início no Diretório Nacional do Partido e a de que não houve na Representação detalhamento acerca da conduta praticada pelo Requerente, limitando-se o ofício a mencionar termos genéricos tais como "lamentáveis fatos" e "conduta absolutamente incompatível com os princípios do partido".

Há que se registrar que, embora o vídeo aparentemente deixe claro a conduta à qual se refere o procedimento ético, estando em causa a perda da função de LÍDER DO PARTIDO NA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SÃO PAULO, deve haver pormenorização da conduta para ensejar oportunidade de defesa e contraditório ao Requerente, princípios constitucionais que também devem ser observados em procedimentos administrativos.

Sobre a competência, o Presidente da Comissão de Ética esclarece em resposta de ID 80671105, pgs. 1/2:

"Cumpre-me informá-lo de que em reunião extraordinária da Comissão de Ética Nacional do Cidadania, ouvida a ilustríssima Relatora, Sra. Mariete de Paiva Souza, bem como o colegiado, renovaram entendimento de sua competência para analisar a presente representação.

O encaminhamento da representação foi subscrita pelo presidente do Diretório Nacional, Sr. Roberto Freire e o presidente Regional do Cidadania de S. Paulo, Exmo. Sr. Deputado Federal, Arnaldo Jardim, de ofício, ambos dirigentes determinaram a abertura do procedimento junto à Comissão de Ética Nacional, sendo assim, vencido o que reza o Código de Ética Partidário, em seu art. 13, III.

Art. 13° A competência para receber a representação caberá: [...] III – À Comissão Executiva Regional, se o denunciado for um dos seus membros, deputado estadual, prefeito, vice-prefeito, secretário de Estado ou equivalente, governador ou vice-governador"

Entretanto, para que seja "vencido" regramento do Estatuto de Ética é necessário que haja novo regramento sobre o tema, através de decisão assemblear que respeite o quórum previsto para alteração do Estatuto, e não apenas decisão unilateral por parte do Presidente do Diretório Nacional.

O artigo supracitado menciona que a competência para receber a representação cabe à Comissão Executiva Regional se o denunciado for um dos seus membros, deputados estadual, prefeito, vice-prefeito, secretário de Estado ou equivalente, governador ou vice-governador (inciso III) e à Comissão Executiva Regional se o denunciado for se o denunciado for um de seus membros, deputado federal, senador, ministro de Estado ou equivalente, presidente ou vice-presidente da República" (inciso II)

Registre-se que a manutenção do procedimento na Comissão Executiva Nacional também repercutirá no direito do Requerente de recorrer à Comissão hierarquicamente Superior, o que poderá ensejar a nulidade do procedimento pela afronta aos princípios ampla defesa e do duplo grau de jurisdição. (art. 4°, §5°, do Código de Ética do Cidadania23).



Mantenho a decisão de ID 8514523, contudo, quanto ao entendimento no sentido de que, em cognição sumária, não se revela adequado rever questão "interna corporis" referente à retirada do Autor das funções que ocupava no Partido, se não constada hipótese de flagrante arbitrariedade ou ilegalidade (princípio da autonomia partidária previsto noart. 17, §1°, da CRFB/88).

Como sabido, o fato que ensejou a instauração do procedimento ético-disciplinar repercutiu nacionalmente e negativamente, sendo questionável a tese autoral no sentido de que não há "periculum in mora" suficiente para a medida, pois de forma indireta também envolve o nome e a idoneidade do partido em questão.

Ante o exposto, presentes a plausibilidade da tese aventada na petição inicial, bem como o perigo de dano de difícil reparação ou irreparável, **DEFIRO EM PARTE o pedido de reconsideração para deferir, em parte, a tutela cautelar de urgência e DETERMINAR A SUSPENSÃO IMEDIATA DO PROCESSO ÉTICO DISCIPLINAR, REPRESENTAÇÃO 01/2020.** 

Cite-se para resposta no prazo de 5 dias (art. 306 do CPC)

Advirta-se ao Requerente que o pedido principal deverá ser veiculado no prazo de 30 dias contados a partir da publicação da presente decisão.

Intimem-se.

Decisão datada, assinada e registrada eletronicamente.

THAISSA DE MOURA GUIMARÃES

Juíza de Direito

